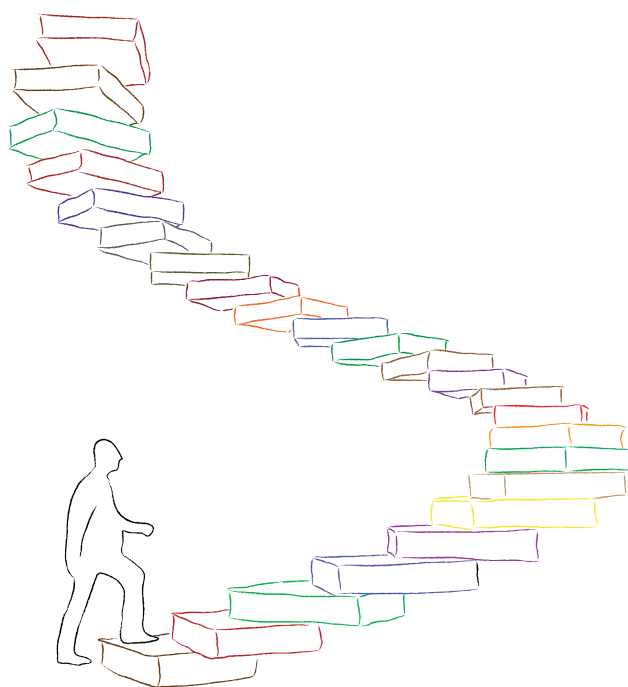


Desafios 30

Cadernos de trans_ formação

junho de 2020

Educação de Adultos: Desafios e Recompensas de Aprendizagem



Cristina Palmeirão (Org.)

Faculdade de Educação e Psicologia

Universidade Católica Portuguesa

Ficha técnica

Título: Educação de Adultos: Desafios e Recompensas de Aprendizagem

Conceção e organização: Cristina Palmeirão

Prefácio: Cristina Palmeirão

Autores:

António Afonso Rodrigues

Cristiane de Oliveira Fiorentini

Isabel Sousa

Licínia Manuela Couto Moreira

Maria Gabriel Santos Regalado

Renata Simões Rodrigues Miranda

Tamiris de Lima Pereira

Local de edição: Porto

Edição: Faculdade de Educação e Psicologia

Capa: Gabriel Regalado

Ano e mês: 2020, junho

Textos produzidos no âmbito da Unidade Curricular Educação e Formação de Adultos do Mestrado em Ciências da Educação – Especialização Pedagogia Social, 2º semestre do ano letivo de 2019_2020.

ISSN: 2183-7406

Índice

PREFÁCIO	4
NÃO ME DEIXARAM ESTUDAR!... AINDA POSSO ESTUDAR?	6
<i>QUIZÁ</i> NOVOS CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO	19
O ADULTO E O NÓ(S) DA FORMAÇÃO DE ADULTOS	23
NUNCA É SUFICIENTE	26
O CAMINHO PARA A IGUALDADE NÃO É O MESMO PARA TODOS.....	29
O poder de libertação da educação	32
AS FLORES DA (TRANS)FORMAÇÃO.....	35

PREFÁCIO



Cristina Palmeirão¹

A educação, em cada momento, seja em contexto escolar ou social, é sempre uma relação, o encontro entre duas liberdades, duas liberdades que se olham face a face, olhos nos olhos

Azevedo, 2011, p. 125

Cadernos de trans_ formação, *Desafios 30 - Educação e Formação de Adultos: desafios e recompensas de aprendizagem*, resulta do repto lançado ao grupo de alunos de Mestrado em Ciências da Educação - Especialização em Pedagogia Social (2019/2022)².

“Nunca é tarde para aprender” é uma máxima popular que acompanha a evolução das sociedades e que o relatório *Eurydice* (2015) retoma para alertar, uma vez mais, o quão importante é a Educação de Adultos enquanto domínio científico e como possibilidade para prover o desenvolvimento humano da “pessoa concreta que todos somos” (Martins, 2017, p.6).

Num mundo de grandes paradoxos, onde a qualidade e a satisfação de vida ficam, muitas vezes, ocultos pelo peso dos valores instantâneos e superficiais, é imperioso estar capaz de agir com discernimento, autonomia e parcimónia. Pois, “Se é verdade que a complexificação das formas sociais de vida veio exigir um nível muito mais elevado de organização na preparação de futuros cidadãos, também não resultou menos evidente a necessidade de potenciar as aprendizagens das pessoas adultas, almejando torná-las capazes de conduzir a sua história, no sentido dos seus anseios comuns” (Alcoforado e Ferreira, 2011, p. 7), alicerçados em princípios de dignidade e de cidadania ativa.

¹ Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Educação e Psicologia, Centro de Investigação para o Desenvolvimento

² No âmbito da unidade curricular Educação e Formação de Adultos – 1º ano -2º semestre.

Efetivamente, nunca como hoje a Educação de Adultos se revelou tão necessária, porque orientada para processos de aprendizagem dialógicos e de valorização socioprofissional. Em especial, quando o tempo que vivemos é de superar fragilidades, de (re)construir caminhos de sustentabilidade e de diálogo entre gerações com foco num presente-futuro bem-sucedido.

Com efeito, o desenvolvimento da Educação de Adultos tem vindo a fazer-se de modo gradual, a partir de um trabalho marcante de ação-reflexão-investigação (Canário, 1999, pp. 19-22), cujas ofertas e práticas educativas se inscrevem no paradigma da aprendizagem ao longo da vida, com modalidades e planos didáticos flexíveis (e.g. Cursos EFA - Cursos de Educação e Formação de Adultos; RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências; Ensino Recorrente; Maiores de 23 Anos).

A filosofia prática da Educação de Adultos perspetiva e privilegia, sempre, a valorização da pessoa e a melhoria das condições de vida em função de aprendizagens significativas por parte de todos - crianças, jovens, adultos e pessoas idosas, como as que veremos nas narrativas e reflexões que a seguir apresentamos.

Referências Bibliográficas

Alcoforado, L. e Ferreira, S. (2011). Introdução Geral. Educação e Formação de Adultos. Nótulas sobre a necessidade de descomprometer a Cinderela depois do beijo do príncipe encantado. In Alcoforado et al (2011). *Educação e Formação de Adultos. Políticas, práticas e investigação*. Coimbra: IUC, pp. 7-20

Azevedo, J. (2011). *Liberdade e Política Pública de Educação. Ensaio sobre um novo compromisso social pela educação*. Vila Nova de Gaia: FML.

Canário, R. (1999). *Educação de Adultos. Um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa-Formação.

Comissão Europeia /EACEA/Eurydice (2015). *Educação e Formação de Adultos na Europa: alargar o acesso às oportunidades de aprendizagem*. Relatório Eurydice. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia

Martins, G. (2017). Prefácio. In *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Ministério da Educação/Direção Geral da Educação (DGE).

NÃO ME DEIXARAM ESTUDAR!... AINDA POSSO ESTUDAR?

A educação entre direitos, oportunidades, possibilidades e responsabilidades



António Afonso Rodrigues

*Conhecereis a Verdade,
e a Verdade vos libertará!*
Jo 8, p.32

1. Dois testemunhos – interpelam e motivam reflexão

Uma senhora, nascida no início da década de 50 do século passado, dirigiu-se, ainda muito jovem, ao Centro de Identificação do seu município, para adquirir o seu Bilhete de Identidade (Cartão de Cidadão). No preenchimento dos formulários, lá onde ela devia assinar, foi carimbado em letras garrafais: não sabe assinar! Já com os seus 55 anos de idade, ela foi tratar o seu passaporte, para ter modo de viajar para fora do país e visitar seus filhos. Também no passaporte, ficou carimbado: não sabe assinar! Ela, entretanto, viajou e, não podendo ser acompanhada por alguém, enfrentou enormes dificuldades e medos para se orientar nos diferentes aeroportos africanos e europeus por que passou, pois não sabe ler e escrever, e nem sequer o português, que seria a sua segunda língua, fala em condições. Quem convive com a senhora, atesta que ela está munida de inúmeras potencialidades e valências; chega, não só a conferir extraordinária liderança à sua família nuclear, como também a ser consultada por várias pessoas e famílias, para a indicação de caminhos de resolução de problemas, caminhos esses recheados de cultura e de experiência. Mas, quando confrontada com a “leitura” e a “escrita”, a sua vida parece imobilizar-se, e a memória pessoal pergunta à memória da história: porquê não me deixaram estudar?

Um jovem pai de família, na classe dos 35 anos de idade, frequentou a escola até ao 5º ano *inconcluído*. O regime de “rusgas” para o serviço militar obrigatório, cujo fim se aproximava impiedosamente de uma morte quase certa, fê-lo fugir a tudo, até à sua própria formação! Hoje, nem de pesca (artesanal), arte apreendida de seu pai, consegue manter a família. Está desempregado e totalmente resignado a um futuro sem futuro! Deixou de acreditar na possibilidade de voltar a estudar, de ter alguma formação prática ou profissional!³ Sim, a opacidade da vida não incentiva o seu espírito à pergunta: ainda posso estudar?...

A dor da inconformidade perante uma realidade humana que podia e devia ter um outro rosto leva a atitudes várias, não excluído o sentimento de frustração, que certamente não muda a situação nem faz solução. Diríamos com Joaquim Azevedo (2020), diante deste contexto incerto, instável e imprevisível, geralmente, fugimos ou fantasiamos a realidade; fantasiar é mais fácil do que mergulhar nesta nova realidade, viver um dia de cada vez, superar o *presentismo*, o “eu recuso pensar um mundo melhor”; o “fazer de conta”, é a coisa mais desastrosa, e a que mais se faz.

Os dois casos acima narrados (assaz multiplicados em Angola, país de nossa nacionalidade) são revoltantes. Mas o que significa esta revolta? Permanecer atado à nostalgia do que não se fez ou ao futuro inalcançável de discursos retóricos? Aqui está, por conseguinte, uma primeira razão da nossa tentativa de reflexão em pedagogia e educação que, *con i piedi di piombo* (no dizer dos italianos), procura tão-somente participar da corrente positiva de homens e mulheres, de comunidades e instituições que sonham e lutam por uma humanidade diferente e melhor. Nisto têm muito a ver as políticas de educação e formação, pois elas devem constituir o centro deste sonho e desta luta. Veremos mais adiante que os atores destas políticas somos todos nós, ninguém delas está excluído. A educação coloca-se entre direitos, oportunidades, possibilidades e responsabilidades.

³ Os dois casos narrados muito sucintamente correspondem a factos reais e atuais. Infelizmente, eles não são isolados, abundam *mutatis mutandis* por várias regiões do mundo. A carga emotiva de responsabilidade pessoal aumenta, quando quem os observa, estuda ou escreve, deve acolher a verdade *nua e crua* de que, no fim de contas, trata-se de sua mãe ou irmã, de seu pai ou irmão, do seu vizinho ou vizinha, ou mesmo de algum amigo ou alguma amiga de infância...

Uma segunda motivação da presente abordagem prende-se com a inquietação intelectual provocada pelas reflexões deveras profundas e de solidez experiencial comunicadas pelos nossos professores e professoras, em aulas de mestrado em Pedagogia Social. Sentimo-nos, às mais vezes, como que oscilando entre luzes e sombras, entre espaços jardinados de conteúdos cheios de vida que, com verdade, lutam pela qualidade, e o calvário de uma humanidade sem redenção, simplesmente mergulhada no abismo do “sempre foi assim”, “sempre será assim”, pois «pobres sempre os tereis» (Jo. 12, 8). Por isso, faz todo o sentido asserir francamente com a senhora *supra*: “não me deixaram estudar”, mas perguntar com alma juvenil: “ainda posso estudar”?

2. Ponto de partida: O direito à educação e o desenvolvimento humano

Toda a ação governativa e qualquer política saudável, mormente na esfera social e educativa, têm a perspetiva antropológica como seu fundamento necessário e seu fim natural (Carvalho, 2008). Não podem, com efeito, prescindir do bem comum, da dignidade da pessoa humana e de tantos outros princípios e valores intrínsecos, com destaque à equidade e à justiça (Bolívar, 2017).

A educação é um direito humano básico e um bem público essencial. Isabel Baptista (2015) insiste no papel crucial que a educação desempenha nos processos de desenvolvimento humano, individuais e coletivos, e no facto de representar um dos pilares fundamentais das sociedades democráticas contemporâneas, tributárias do ideal humanista consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Por um lado, reconhece-se que todas as pessoas têm direito a oportunidades de formação ao longo da vida e, por outro, que a educação corresponde a um campo privilegiado para o desenvolvimento dos direitos humanos, isto é, para a promoção de culturas de paz, justiça e solidariedade social.

O direito à educação interliga-se ao direito ao desenvolvimento humano, à qualidade de vida, pois educação e desenvolvimento são fenómenos intrinsecamente ligados através de uma única realidade (Caride, De Freitas, Callejas, 2007).

O próprio processo de desenvolvimento é educação, num sentido tão importante, senão mais, que o ensino no seu sentido restrito.
Carnoy, 1990, p. 84.

3. Educação e responsabilidades

Prescindindo das definições básicas dos termos ou expressões “educação” e “responsabilidades”, importa salientar que falar de educação

significa falar de mudanças intencionais, promovidas no quadro de projetos pessoais ou institucionais. E essas mudanças dependem, em boa medida, do acesso a oportunidades de educação diferenciadas e adequadas aos interesses, necessidades dos sujeitos de aprendizagem.

Baptista, 2015, p.11.

Obviamente, não se deve confundir a educação com a escolarização e mesmo com a instrução no sistema educativo formal; ela é identificada com a aprendizagem ao longo da vida, sem ter em conta onde, quando e em que idade se produz (Caride, De Freitas, Callejas, 2007). Ou seja, a educação passa a ser concebida como uma característica da existência humana (Petrus, 1997).

Quem são os agentes da prática educativa? Esta pergunta ajuda a esclarecer que agentes do processo educativo são

as pessoas, grupos, culturas e entes naturais ou sobrenaturais que intervêm no processo de intercâmbio de saberes e na construção do mundo humano da realidade. Ou seja, aqueles seres que, em função da sua natureza, das suas peculiaridades individuais, posição social e interessem, formam parte da dinâmica que supõe a prática educativa.

Caride, De Freitas, Callejas, 2007, p.171

Numa só palavra, são todos os seres humanos, grupos sociais, instituições naturais, como a família, e políticas, como a escola, o Estado.

No respeito das funções específicas de cada agente da educação, a família é o fundamento incontornável, onde a individualidade pessoal nasce, se vai formando para o desenvolvimento. Entretanto, queremos aqui, destacar o papel do Estado. Na verdade, o Estado, enquanto corpo de cidadãos, e o governo, seu órgão representativo, decisório e administrativo, têm uma presença e ação mais amplas, tendentes ao bem de todos. O Estado deve tornar-se um ator de “ação pública”, com políticas públicas capazes de responder aos mais anseios educacionais das pessoas e das populações. Por isso, o papel da administração educacional central consistirá mais em acompanhar e avaliar a eficiência e a eficácia dos processos e dos resultados, e já não definir regulamentarmente e *a priori* os procedimentos. Todavia, continua o Estado, enquanto

ente regulador, a estabelecer regras, implementá-las e sancionar as infrações cometidas (Azevedo e Melo, 2011)⁴. Levanta-se a complexa problemática das Políticas de educação e formação. Como é que o Estado deve estar na educação? Que lugar tem a educação na prática governativa?

4. Prioridade da educação na prática governativa

É indiscutível o papel da administração central e (hierarquicamente) subsidiária no desenvolvimento desta educação em mudança. Mas também nunca deveria cair em discussão de *discursos políticos* a dimensão vocacional da prática governativa, que é *essencialmente* a de servir a pessoa humana e o bem de todos. A educação está, indubitavelmente, entre as *prioridades primeiras*. A *sabedoria do coração* (1Reis 3, 9), de que fala a Bíblia, aponta para três focos fundamentais: o Estado, a construção social, a própria ação educativa.

A lenta criação de um outro ser-Estado na educação escolar. Um Estado atento à concertação e à correcção das assimetrias e à catalização das energias e das iniciativas locais, muito mais do que ocupado em fazer, burocrática e uniformemente, aquilo que as instituições sociais locais sabem e podem fazer, com flexibilidade e adequação

Azevedo, 1995, p.9

Impõe-se «a renovação intelectual e moral» do Estado, ou melhor, uma «refundação antropológica e ética» do Estado, qual condição indispensável para a afirmação de uma «nova era do social», que deverá também, e forçosamente, corresponder a uma nova era da política (Baptista, 2008). São fundamentais as políticas de financiamento da educação (orçamentos e investimentos), de parcerias sobretudo com o ensino privado (que não deve ser tido como “rival”) e de controlo/incentivo. São necessárias medidas políticas eficazes e duradouras, mais ancoradas ao Parlamento “permanente” que ao Governo “variável” segundo a ideologia.

⁴ «A novidade está em substituir o tradicional modo de regulação de controlo – criação normativa de processos acção, controlo da sua aplicação e sanção do incumprimento – pelo controlo da conformidade entre as finalidades/objectivos auto-determinados e os resultados da acção (Hutmancher, 1995), pelo acompanhamento e análise da existência de mecanismos de auto-regulação e pelo acompanhamento e apoio à implementação e sustentação de uma regulação autónoma policêntrica e sociocomunitária da educação» (J. Azevedo e R. Q. e Melo, *Propostas para um novo modelo de regulação da educação in Revista Brotéria*, Setembro de 2011). Nesse artigo, encontrará uma reflexão ampla e profunda sobre modelo de intervenção do Estado na autonomia educativa.

A construção social da escola e da educação impulsiona a construção de uma maior coesão social, a integração social dos cidadãos e o fomento multiforme do desenvolvimento pessoal.

A construção social e local da educação escolar também requer, assim, o desenvolvimento de novas práticas de inclusão social ou de socialização que reforcem a responsabilidade pessoal e a solidariedade.

Azevedo, 1995, p-10

Em definitiva, as pessoas, as famílias, as comunidades, organizações multiformes, as várias administrações, locais e central, são atores imprescindíveis nos processos educativos, dentro e fora da escola. «A educação é tão séria, que não pode ser deixada apenas aos professores» (Azevedo, 2019).

A ação educativa constitui o cerne de todo esse processo de mudança necessária. Ela deve ser entendida em toda a amplitude e profundidade da sua significância, conteúdos, modelos, dinâmicas e perspectivas. Tudo se pode resumir no desafio: «política educativa e inovação educacional: como podem ser eficazes e justas, no sentido de que possam alcançar a equidade na escola?». É um caminho necessário e progressivo, que deve assegurar: educação para todos (acesso e sucesso), contextualização (adaptação ao ambiente concreto), personalização (entre todos), procura a participação de todos (envolvimento dos atores), assegurar continuidade, formação (formar e capacitar as pessoas), informação (comunicação interna e externa), avaliação permanente (ao longo do processo) e monitorização. Mais ainda, há que se ter em conta: a formulação de um horizonte claro; garantir a consistência e coerência do processo; é fundamental um trabalho colaborativo; envolvimento dos professores desde a concessão ao plano, à execução e à avaliação; fomentar a autonomia profissional dos professores/educadores, *internizando* as competências; participação dos alunos; envolvimento das lideranças; monitorização e avaliação; e a variável tempo; a ajuda externa, as redes de entreaajuda; e, finalmente, a articulação entre todos os elementos fundamentais no processo de inovação educacional e a contextualização⁵.

⁵ Referimo-nos aos apontamentos apresentados pelo professor Joaquim Azevedo, na aula do dia 1 de fevereiro de 2020. Recomenda-se também a leitura de: M. Fullan (2009). *The Six Secrets of Change. What the Best Leaders Do to Help Their Organizations Survive and Thrive*. San Fransico: Jonh Wiley & Sons, Inc.; I. Cabral e J. M. Alves (2018), Para um modelo integrado de inovação pedagógica e melhoria das

Claro que, neste caminho assaz laborioso, os obstáculos não faltam⁶. Porém, «mudar a escola hoje não é uma opção, mas uma obrigação, porque a sociedade está em permanente mutação» (Azevedo, 2020).

5. A educação entre oportunidades e possibilidades

O desafio e o compromisso da educação para todos (acesso e sucesso) estão no centro de declarações internacionais, onde se destacam a Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Março de 1990), o Fórum Mundial de Educação (Dakar, Abril de 2000), que adotou o Quadro de Ação de Educação para Todos até 2015, e, ultimamente, o Programa da UNESCO (2015) *Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação, rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos*.

Concomitantemente, este desafio e compromisso constituem uma constante no pensamento dos profissionais da educação, consubstanciado na escola inclusiva e na aprendizagem para todos ao longo da vida. Servem de referência fecunda os estudos reportados no texto *Da igualdade de oportunidades à equidade educativa. Caminhos de uma inclusão sucedida*, coordenado por Cristina Palmeirão e José Matias Alves, onde se pode ler:

Este é um livro que procura ir além do formalismo das igualdades de oportunidades: da igualdade de oportunidades de acesso à escolarização, da igualdade de oportunidades de sucesso escolar e educativo, da igualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior, da igualdade de oportunidades no usufruto dos bens educacionais, da igualdade de oportunidades de acesso ao mundo do trabalho. A escola está ainda longe de cumprir este desiderato normativo, ético e sociomoral da igualdade de oportunidades. Mesmo no mais básico – a igualdade de oportunidades de acesso para todos os cidadãos – a escola não cumpre este desiderato. Em larga medida, a escola está ainda organizada para produzir o insucesso educativo como denunciou João Formosinho em texto antológico de 1988. As escolas e os contextos são diferentes e desiguais e muitas vezes as práticas de escolarização contribuem para consagrar e reforçar as desigualdades pessoais e sociais.

Alves e Palmeirão, 2019, p.6

aprendizagens em I. Cabral e J. M. Alves (Orgs.), *Inovação pedagógica e mudança educativa*, UCP, Porto, 5-30.

⁶ Entre os exemplos que a literatura apresenta, destacam-se: “nós sempre fizemos assim”, envelhecimento de professores, cansaço, *stop and go*, lideranças amorfas, famílias que recusam a inovação, instalações inadequadas, falta de tempo, conflito de interesses, incoerência dos processos de inovação *ibidem*.

A história dos povos e o presente das sociedades registam ainda, infelizmente, experiências vivenciais como as duas narradas no início da nossa abordagem. São, pois, realidades que os olhos não podem negar, nem a mente aplaudir nem o coração consentir. Na verdade, o estado das políticas de educação e formação nos distintos contextos nacionais e supranacionais desvela diferenças, desníveis, sucessos e insucessos. Em termos globais, vigora ainda uma saúde débil. Para a Europa, por exemplo, o Relatório *Eurydice*⁷ (Comissão Europeia, 2015) sobre *Educação e Formação de Adultos na Europa. Alargar o acesso às oportunidades de aprendizagem* confirma diferenças acentuadas entre países e constata que o nível de pobreza ou de desenvolvimento é fator determinante nos resultados negativos ou positivos⁸. Isto vale também para abordagens atinentes aos contextos de outros continentes.

Vamos aos casos concretos de Portugal e Angola: naquele, somam-se esforços antigos e novos, com linhas de continuidade e de descontinuidade, onde se alternam decisões políticas e pesquisas científicas de profissionais e pensadores da educação, conquistas e incertezas, iniciativas de diálogo interdisciplinar e interinstitucional e observações críticas incentivadoras de inovação e mudança (Fialho, 2017; Azevedo, 1990,2017)⁹. Em Angola, o sistema de educação resulta das metamorfoses da sua história colonial, de independência com a assunção da ideologia comunista, de longos anos de guerra interna e do alvorecer da democracia, em 2002. Quem lê esta história,

⁷ O documento está baseado em informação recolhida pela Rede *Eurydice* em abril e maio de 2014. A recolha de dados apoiou-se num questionário detalhado preparado conjuntamente pelo Erasmus+: Análise das Políticas de Educação e de Juventude – uma unidade da Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA), e pelas Unidades Nacionais da Rede. Envolveu 35 Unidades Nacionais *Eurydice*, em representação de 32 países (*ibidem*: 16). O Relatório teve por objetivo «fornecer uma panorâmica geral da educação e da formação de adultos na Europa e apoiar a tomada de decisão a nível das políticas neste domínio. Para além de promover uma abordagem integrada à aprendizagem ao longo da vida, este estudo destaca as políticas e as medidas que visam garantir o acesso suficiente às oportunidades de aprendizagem para adultos cujas competências e qualificações não correspondem plenamente às exigências do mercado de trabalho e da sociedade» (Comissão Europeia, 2015: 7).

⁸ O estudo gravitou à volta de cinco questões, que merecem particular atenção: a) As autoridades de nível superior estão formalmente comprometidas em facilitar o acesso à educação e formação dos adultos pouco qualificados ou com reduzidas competências de base? b) Qual é o tipo de oferta existente para estes aprendentes? c) Quais são os meios usados para facilitar o seu regresso à educação e à formação? d) Estão a ser adotadas outras medidas de apoio a estes aprendentes adultos (como ações de sensibilização, informação e orientação)? e) Como é financiada a oferta existente e qual o apoio disponibilizado para apoiar os grupos alvo?

⁹ Joaquim Azevedo (1990; 1995; 2007; 2011; 2017, e mais) tem sido uma voz proeminente nessas observações críticas, mesmo no contexto da escola católica.

facilmente percebe os avanços e retrocessos da educação em Angola (Liberato, 2014; Zau, 2002).

A busca do conceito de igualdade de oportunidades educacionais (Coleman, 2011) e a problematização do princípio da igualdade de oportunidades (Palmeirão e Alves, 2019) representam um princípio importante de um caminho que pretende devolver dignidade à dignidade das pessoas, reclamada de várias maneiras, surdina ou manifestamente, em jeito de resignação do infeliz ou de força de luta para a mudança (Comissão Europeia, 2015; UNESCO, 2015). As circunstâncias particulares de cada pessoa, sejam quais sejam, não devem ser um veto ao direito e às oportunidades.

Entretanto, o acesso à educação está, amiúde, ligado à situação económica, individual e/ou coletiva. Coloca-se, aqui, a referência ao conceito de “possibilidades”. Na verdade, o direito fundamental à educação atinge antropologicamente a todas as pessoas (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948); abundam reflexões e práticas, como atrás referimos, na ordem de uma escola inclusiva e de uma educação para todos. Mas continuam óbvias as diferenças múltiplas, de origem tanto exógena como endógena, de assunção e incarnação bem sucedida deste direito e das oportunidades. Ou seja, o direito nunca deixou de existir e as oportunidades são forjadas. Mas tanto o direito como as oportunidades acabam por não entrar no património existencial desta ou daquela pessoa concreta. Isto acontece, certamente, por motivos também económicos, por uma pobreza mais profunda da pessoa, da família, da escola, da sociedade ou do estado. Fica, assim, afetado o essencial da educação, cujo modelo deveria estar atento às especificidades e, por isso, não consegue erguer a humanidade dessa pessoa. As oportunidades, ao invés de se tornarem possibilidades reais, destas se afastam, contradizem e esterilizam-se na teoria de boas intenções. As diferenças somam e seguem, as vontades esvanecem-se e joias de uma educação em mudança confundem-se no tempo que não para. Vale a pena voltar a algumas conclusões do Relatório *Eurydice*:

(...) Os adultos com níveis de qualificação muito reduzidos ou nulos, os que desempenham trabalhos que exigem baixas qualificações, os desempregados ou economicamente inativos, os idosos e os menos qualificados, têm menos probabilidades de participar na aprendizagem ao longo da vida. Por outras palavras, os adultos que mais necessitam de educação e

formação são os que têm menos acesso às oportunidades de aprendizagem ao longo da vida (...).

Comissão Europeia, 2015, p. 8

(...) A redução das barreiras à participação dos adultos na aprendizagem requer um tipo de oferta que ajude a superar constrangimentos de tempo; porém, mesmo nos casos em que tal oferta está disponível, não há provas de que seja aproveitada por adultos com baixas qualificações (...).

Ibidem, p.10

(...) Os inquéritos internacionais revelam não só que os adultos pouco qualificados têm menos probabilidade de virem a participar efetivamente na educação e formação, mas que a sua motivação para o fazer é, de certa forma, inferior à dos adultos com níveis de escolaridade mais elevados. Acresce que há menos probabilidade de indivíduos com baixos níveis de escolaridade procurarem informação sobre oportunidades de aprendizagem do que aqueles com um nível de escolaridade mais elevada (...).

Ibidem, p. 12

(...) Inquéritos internacionais demonstram que os custos com a formação constituem outro obstáculo à participação dos adultos na aprendizagem ao longo da vida. Os dados também indicam que, em alguns países, o financiamento representa um obstáculo mais substancial para a participação de adultos com baixos níveis de escolaridade do que para os que possuem qualificações de nível médio ou um diploma do ensino superior (...).

Ibidem, p. 13

6. A pandemia da Covid-19: um teste eficaz

Refletindo sobre a educação, julgamos pertinente fazer uma alusão, ainda que fugaz, a este tempo de pandemia da Covid-19, precisamente pelas surpresas, constrangimentos, sacrifícios, deceções, reflexões, experiências, iniciativas, inovações e caminhos novos que provocou e motivou. O decreto de estado de emergência por um período longo, em muitos países como Portugal e Angola, com o consequente confinamento obrigatório e a suspensão do regime presencial de aulas, colocou as instituições de ensino, públicas e privadas, num processo difícil de reinvenção e de adaptação aos novos tempos. Naturalmente, as consequências positivas ou negativas tiveram e têm muito que ver com o tipo de escola que é praticado em cada país, com o nível de literacia no uso das TIC, com o modelo de trabalho colaborativo intrainstitucional e interinstitucional, com o envolvimento da família e dos próprios

alunos, enfim, com as políticas públicas em matéria de educação e formação. E o que se deve aqui salientar e lamentar é que há países, como Angola, onde a maioria das instituições escolares não consegue realizar o ensino a distância, relegando as atividades educativas a algum modo de realizar tarefas em casa dadas pelos professores, ou a iniciativas de algum professor de recorrer a plataformas virtuais disponíveis e possíveis, ou ainda a “nada poder fazer”. Professores e alunos, pais e responsáveis de instituições de ensino sentem dificuldades sérias de orientação. Não estará radicalmente comprometido o ano letivo 2020? Não se estarão a criar outros jovens adultos negados de manifestar as capacidades que têm e de as transformar em competências?

Realmente, a crise pandémica da covid-19 passou a ser um teste eficaz do modelo de políticas públicas praticadas com relação à educação e do nível de compromisso da prática governativa com a mesma. A pergunta que fica é esta: é possível o desenvolvimento humano, integral e universal, sem educação séria, prioritária e coerente? É urgente, portanto, a prioridade da educação quer no modo de entender o desenvolvimento, quer no exercício da governação, cujo fim essencial e transcendente é a pessoa. Ou se governa educando, ou não se governa... Urge um “Estado social” forte e iluminado, a que correspondam dinâmicas de “cidadania social” apoiadas na implicação dos próprios cidadãos enquanto “sujeitos capazes”, cidadãos aptos a atualizar os seus direitos/deveres no espaço de vida em comum, na convicção de que só aí é que eles ganham a forma de “poderes” (Baptista, 2008).

Em jeito de conclusão, subscrevemos três notas fundamentais: a) uma educação em mudança, que busque um modelo adequado aos tempos, princípios e valores; b) uma decisão coerente na prática governativa, que se percebe a si mesma como serviço e missão; c) uma aposta inadiável para o futuro da humanidade, onde realmente «a educação é parceira do desenvolvimento» (Azevedo, 1994). Assim, não teremos mais uma “senhora” que não consiga ler o caminho do seu itinerário de viagem existencial, nem um “jovem adulto” que se resigne a inexistente, porque inútil se vê no mundo competitivo do emprego difícil.

Referências Bibliográficas

Azevedo, J. (1995). *A construção social e local da educação escolar: um desafio para o novo século*. Chaves.

- Azevedo, J. (2007). *Desafios para a melhoria do desempenho em educação*. Porto.
- Azevedo, J. (2011). Propostas para um novo modelo de regulação da educação. In *Revista Brotéria*, 2011.
- Azevedo, J. (2017). *Em tempos de transição cultural profunda, o totalitarismo na educação não serve a educação dos portugueses*, Porto.
- Baptista, I. (2015). Educação e políticas sociais – valores, conceitos e práticas. In *Revista (Sorocaba)*, 9-16.
- Baptista, I. (2012). Pedagogia Social: um campo plural de investigação e intervenção. In *Cadernos de Pedagogia Social*, 4, 5-8.
- Bolívar, A. (2017). Justicia social y equidad escolar. Uma revisão. In J. Machado e J. M. Alves (coord), *Equidade e Justiça em Educação: desafios da escola bem-sucedida com todos*. Porto. Universidade Católica editora, 79-123.
- Carvalho, A. D. (2008). Estatuto antropológico e limiares epistemológicos da educação social. In *Cadernos de Pedagogia Social*, 2, 31-43.
- Caride Gómez, A., De Freitas, O. & Callejas, G. (2007). *Educação e desenvolvimento comunitário local. Perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições.
- Carnoy, M. (1990). Educación para un desarrollo alternativo. In P. Altbach, e G. Nelly (coord), *Nuevos enfoques en Educación Comparada*. Madrid. Mondadori, 5-105.
- Coleman, J. (1968). The Concept of Equality of Educational Opportunity, em *Harvard Educational Review*, 1-22. Tradução de Maria José Sá. Revisão de Helena C. Araújo (2011), em *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 34, 137-155: https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC34/ESC34_Arquivo_James.pdf (acesso 27.05.2020).
- Comissão Europeia /EACEA/Eurydice (2015). *Educação e Formação de Adultos na Europa: alargar o acesso às oportunidades de aprendizagem*. Relatório Eurydice. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia.
- Fialho, I. (2017). Organização da escola e a promoção do sucesso escolar. In J. Machado & J. M. Alves (coord). *Equidade e Justiça em Educação: desafios da escola bem-sucedida com todos*. Porto. Universidade Católica Editora, 8-23.
- Liberato, E. (2014). Avanços e retrocessos da educação em Angola. In *Revista Brasileira de Educação*, 19 (59), 1003-1031.

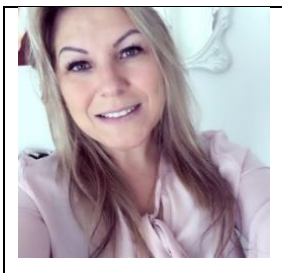
Palmeirão, C. & Alves, J. M. (2019). *Da igualdade de oportunidades à equidade educativa. Caminhos de uma inclusão sucedida*. Universidade Católica Portuguesa. Porto.

Petrus, A. (1997). *Pedagogía social*. Barcelona. Ariel.

UNESCO (2015). Declaração de Incheon - *Educação 2030: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos*. Fórum Mundial de Educação de 2015. Incheon: Coreia do Sul.

Zau, F. (2002). *Angola: Trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa. Universidade Aberta.

QUIZÁ NOVOS CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO



Cristiane de Oliveira Fiorentini

Mais um dia isolados, mais um dia conectados ...

Iniciamos mais um dia. Confiro minha agenda, e lá estão elas: quatro lives, ou como alguns chamam: quatro *webinars*. Não posso sair de casa, hoje já são sessenta e um dias em isolamento social por causa da pandemia do COVID19. Mas não estou sozinha porque hoje mesmo encontrarei em minha casa através de um dispositivo móvel aproximadamente quatrocentos professores. Meu celular se transformou em uma câmera, meu quarto em escritório e no meu notebook acesso meus livros e materiais didáticos.

3, 2, 1 GRAVANDO: Sou multiplicadora de tecnologias educacionais. Ao iniciar meus estudos sobre as tecnologias da informação e comunicação na educação, não imaginava presenciar um momento como este. Sugerir novas maneiras de ensinar e aprender para professores, mestres e experientes na sua missão de educar, é um desafio. Trabalho para a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, no Brasil. Aqui no nosso estado, cada região possui um Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) que tem a função de elaborar projetos, oferecer formação continuada para educadores, acompanhar projetos escolares que envolvem as tecnologias. A resposta dos professores é muito positiva, muitos saem encantados com as novas possibilidades de planejamento e prática pedagógica utilizando novos recursos.

No entanto, junto com treze anos de atuação na formação continuada de professores, trago comigo algumas preocupações e incertezas. Elas me instigam a investigar os motivos por trás da resistência de alguns professores em trabalhar com as tecnologias em sala de aula. O projeto intitulado: *As tecnologias de informação, a escola e o professor: representações e práticas*, que está em desenvolvimento objetiva entender o que o professor está sentindo com relação às tecnologias na educação. Ele

está ancorado na teoria das representações sociais de Serge Moscovici (1988) e está sendo orientado por Ariane Franco Lopes da Silva¹⁰. Este projeto é relevante para o mundo acadêmico porque precisamos rever as práticas, os cursos, a fim de desenhar novas estratégias para formação docente. Percebo, através da interação com os professores que estimular novas metodologias de ensino implica em desconstruir antigas práticas, tradicionais modelos de escola, e a própria representação sobre o ensino e sobre o que significa dar aula, sobre o papel do professor e do aluno nesse processo.

Mas hoje, no sexagésimo primeiro dia de isolamento o cenário da educação está diferente: a cidade está silenciosa, os professores não vão para a escola, e estão buscando novas formas de comunicação para se aproximar dos seus alunos. Professores que nunca gravaram uma *live* estão se desafiando, transformando sua casa, sua sala de estar em espaço de gravação, de planejamento de aulas e de estudo. Este movimento escolar está acontecendo, mesmo fora da escola! Talvez motivado pela necessidade ou pela curiosidade. Talvez pelo interesse em ampliar seus conhecimentos. Segundo Azevedo (2007), sobre a aprendizagem ao longo da vida, o que está em jogo é aprender, por toda a vida, em qualquer lugar, “porque este aprender é aprender a ser” (Azevedo, 2007, p. 8) Estes professores, com todas as suas dificuldades estão tentando e fazendo deste momento tão inesperado e preocupante, um momento de aprendizado.

Ahh... e eu estou com eles, diretamente daqui do meu escritório/estúdio/casa, todos os dias, em formação continuada. E quando estou com eles aproveito cada minuto para tentar entendê-los. Segundo Baptista (2005), a descoberta do outro é a condição necessária para a descoberta de si mesmo: “Aprender a viver com os outros, a conviver, implica em fazer partilha do diálogo e da ajuda mútua, sinais cotidianos de uma cidadania ativa”. Os conceitos de hospitalidade (Baptista, 2005) enquanto potencializadora da proximidade se ampliam nesse momento, onde recebo cada educador com o melhor de mim, respeitando a sua individualidade, suas expectativas e dificuldades. Posso ajudá-los sim a descobrir caminhos para uma nova conexão, com novos conhecimentos, com aplicativos e plataformas. Mas, além disso, aproveito novas oportunidades de multiplicar minhas ideias que são as ideias de uma professora que

¹⁰ ORCID.ID. 0000-0002-0024-9039

busca novos caminhos para a educação. E esses novos caminhos envolvem aprendizagem, a formação continuada, a conexão entre pessoas em redes de aprendizagem *online* e a ressignificação do trabalho docente.

E o tempo que virá? As consequências desta epidemia pode ser uma maior virtualização. Segundo Lévy (2011) vivemos um movimento geral de virtualização, “atinge até as modalidades do estar junto, a constituição do ‘nós’: comunidades virtuais, empresas virtuais, democracia virtual...” Quais os passos a seguir para a educação? Não sabemos ainda como sairemos dessa quarentena. Minha aposta é que a educação siga os caminhos do ensino híbrido, uma tendência que está se fazendo presente em muitas escolas do Brasil. O ensino híbrido (Bacich, 2018) é a integração entre a aprendizagem *online* e presencial, que permite ampliar as maneiras de aprender e ensinar, considerando que nem todos os alunos aprendem do mesmo jeito. A *internet* hoje permite que o professor amplie os espaços de aprendizagem, enviando documentos, vídeos, materiais de consulta para os seus alunos. Nesse sentido as tecnologias digitais podem ser um grande aliado do processo.

Podemos sair deste momento certos de que a aprendizagem é o caminho, que nossa formação continua sempre, e que enquanto professores, temos uma missão especial, contribuir para o aprendizado do outro. Destaco as contribuições de Palmeirão (2014) sobre o papel do professor: “tal como a missão da escola, é hoje significativamente maior e muito mais complexo que a função que secularmente lhe estava confiada.” Os desafios do educador aumentam diante do momento vivido, num momento misteriosamente incerto, mas precisamos ter o foco nos nossos objetivos. Ao tratar sobre o sucesso educativo, a autora destaca que é tempo de romper com as “rotinas curriculares enclausuladas em programas uniformes”. Ela salienta a necessidade da relação do saber com o desejo de aprender. Penso que podemos colaborar para ressignificação dos espaços escolares, encantando nosso aluno e também estimular espaços de colaboração, de hospitalidade, onde a aprendizagem tenha objetivos de cidadania ativa.

Neste sentido, inspirada pelas leituras em Baptista (2005), ressalto a tarefa do educador em “dar rosto ao futuro”, enquanto profissional que ajuda abrir portas a um mundo desconhecido. Abrir portas de maneira consciente, cientes do poder transformador, e protagonista da nossa própria história. Sairemos mais conectados,

com certeza, mas com a ansiedade do contato presencial porque precisamos do outro. Espero ansiosa acordar no último dia de isolamento para que possamos voltar para a escola. E anseio que possamos voltar melhores, com uma visão ampla do que é possível, sabendo que somos capazes de superar barreiras e estarmos conectados mesmo quando isolados.

Referências Bibliográficas

Azevedo, J. (2007). Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação. *Cadernos de Pedagogia Social*. 7-40.

Bacich, L.; Moran, J. (Orgs.) (2018). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso.

Baptista, I. (2005). Dar rosto ao futuro: a educação como compromisso ético. Porto, Portugal: Profedições.

Lévy, P. (2011). *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34.

Moscovici, S. (2005). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes.

Palmeirão, C. (2014). O tempo não muda. As rotinas sim! *Cadernos de Desafio Trans_Formação*, 6: 40 - 43.

O ADULTO E O NÓ(S) DA FORMAÇÃO DE ADULTOS



Isabel Sousa

*Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas,
mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana.*
Carl Jung

Nas recomendações de 2015, a UNESCO apela à necessidade de olharmos a Educação de Adultos como um tempo para desenvolver saberes e competências capazes de nos preparar para o exercício pleno de uma cidadania justa e equitativa e assim operarem os seus direitos e deveres de pessoas a viverem uma sociedade cada vez mais plural. Isto é, tornarem-se pessoas com “capacidades para viver e trabalhar, tanto em seu próprio interesse como no interesse da sua comunidade, organizações e sociedade” (UNESCO, 2015).

Ora, no espaço da formação com adultos, importa conhecer e respeitar as suas histórias, os seus percursos e entre “nós” definir o trajeto escolar que melhor responder ao projeto que os trouxe de novo à escola.

São vozes que se querem fazer ouvir, são egos que se querem fazer entender, são legitimidades que se querem fazer valer.

Tenho que falar sempre do José, do Armando, do Diamantino, do Eduardo, que nas suas experiências de vida traziam mais do que uma enciclopédia Larousse... Como em sala posso ousar calar a voz da injustiça num tema pertinente quanto “a procura ativa de emprego”, no olhar e no esbracejar de quem já não pode mais com os olhares julgadores do seu aspeto, das suas marcas, do seu passado de sem abrigo. Como em sala posso ousar calar a voz da raiva num tema pertinente quanto a “gestão de conflitos” contra toda uma comunicação não verbal de indignação e repulsa pois não acredita mais no outro, não acredita mais na palavra, não acredita mais na mão estendida...

Mas também não posso deixar de falar na Manuela, na Sandra, na Estrela e na Elisa que de forma tão vincada e enérgica se erguem contra um tema tão pertinente quanto a “Alimentação saudável” e “Hábitos saudáveis de vida”, num histórico de

repetidos hábitos prejudiciais, mas acessíveis, hábitos negativos, mas transmitidos e validados de geração em geração. Pois assim é a educação... transmitida de geração em geração, nos mais variados contextos da nossa vida como nos diz Bravo Nico (2007, p. 197),

A aprendizagem não tem fronteiras físicas, sociais, culturais ou institucionais. Na realidade, os conhecimentos que acumulamos, as capacidades e competências que edificamos ou as atitudes que desenvolvemos são o resultado da totalidade dos episódios de aprendizagem que, ao longo de toda a nossa vida e em todas as suas dimensões, vamos concretizando.

Nesta pesagem não podemos excluir os mais novos que têm também a sua bagagem. Menor, mas muitas vezes, não menos influente. Toda a educação, todo o ensino, toda a formação deveria sempre partir de base desta premissa da individualidade, deste assegurar de uma base de igualdade onde tudo o que cada um/uma é entrasse na equação.

Mas também não esquecer a D^a. Conceição que com os seus 85 anos fez questão de vincar que estava ali para aprender como todos os outros que já se sentaram naquela cadeira! Sem palavras para descrever a experiência de ser formadora num curso de formação para a inclusão, dirigido a pessoas reformadas (onde o elemento mais novo tinha 71 anos!). Aqui adianta não o legado que transportam, mas a vontade para continuar a ter um projeto de vida. Enquanto nos adultos em idade ativa identifiquei a mágoa que os liga ao passado, ao julgamento da sua bagagem, nestes adultos em idade da reforma identifiquei uma raiva ligada à pouca bagagem que querem que eles carreguem... pois já não podem com muito, já estão fracos, devido à idade não devem carregar “pesos”, não devem, não devem.... Mas eles querem, querem desejar, querem sonhar, querem atingir, querem aspirar...

A propósito, Joaquim Azevedo (2007, p.8), regista que

O que está em jogo, no essencial, não é apenas ensinar, é aprender; não é só transmitir conhecimentos codificados, é proporcionar a comunicação e a emergência de aprendizagens significativas para cada cidadão; não é apenas levar de fora para quem nada tem, é valorizar as pessoas, as suas relações, a sua história, que já estão dentro (e que, por vezes, é preciso fazer sair de dentro); não é só fomentar a aquisição de saberes, mas também o desenvolvimento de competências, a aquisição de novas atitudes, de novos comportamentos, novos modos de vida em comum.

Neste paradigma, aprendemos em conjunto, aprendemos em relação. Em particular, aprendemos nos caminhos a direito e nos caminhos por atalhos. Tiramos lições das experiências! Pelas sensações e sentimentos distinguimos as experiências a repetir e a não repetir. Pela identificação no grupo aprendemos acompanhados e reforçados.

Aprendemos com os *nós* que a vida nos dá!

*Tira a mão do queixo, não penses mais nisso
O que lá vai já deu o que tinha a dar
Quem ganhou, ganhou e usou-se disso
Quem perdeu há-de ter mais cartas para dar
E enquanto alguns fazem figura
Outros sucumbem à batota
Chega aonde tu quiseres
Mas goza bem a tua rota*

*Enquanto houver estrada para andar
A gente vai continuar
Enquanto houver estrada para andar
Enquanto houver ventos e mar
A gente não vai parar
Enquanto houver ventos e mar*

*Todos nós pagamos por tudo o que usamos
O sistema é antigo e não poupa ninguém, não
Somos todos escravos do que precisamos
Reduz as necessidades se queres passar bem
Que a dependência é uma besta
Que dá cabo do desejo
E a liberdade é uma maluca
Que sabe quanto vale um beijo*

Mafalda Veiga

Referências Bibliográficas

Azevedo, J. (2007). Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação. Cadernos de Pedagogia Social 1, pp. 7-40.

Freire, P. (2002). Educação e Mudança (26ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Nico, B. (2007). Práticas Educativas e Aprendizagens Formais e Informais: Encontros entre cidade, escola e formação de professores. In Inês Bragança et al (orgs.). *Vozes da Educação: Memórias, histórias e formação de professores*. Petrópolis, Brasil: DP et Alii Editora Ltda.

NUNCA É SUFICIENTE ...



Licínia Moreira

Tenho tanto sentimento
Que é frequente persuadir-me
De que sou sentimental,
Mas reconheço, ao medir-me,
Que tudo isso é pensamento,
Que não senti afinal,

Temos, todos que vivemos,
Uma vida que é vivida
E outra vida que é pensada,
E, a única vida que temos
É essa que é dividida
Entre a verdadeira e a errada.

Qual, porém, é verdadeira
E qual errada, ninguém
Nos saberá explicar;
E vivemos de maneira
Que a vida que a gente tem
E a que tem de pensar.

Fernando Pessoa

Nascida a 9 de maio de 1981, sou natural da freguesia de Alpendurada, pertencente ao concelho do Marco de Canaveses e distrito do Porto. Filha de Ramiro Moreira Monteiro e de Emília Couto Azevedo, tenho uma irmã mais nova 19 meses. A minha infância sempre foi muito feliz, brincava muito, tinha tempos de liberdade, sem horários para chegar a casa, brincávamos nas ruas, no meio dos campos e na quinta dos meus avós. As brincadeiras eram sempre feitas em conjunto com as outras crianças da minha aldeia.

Na escola não era aquela aluna muito empenhada e que estudava muito, mas sempre fui tendo boas notas e nunca reprovei. Contudo, as possibilidades dos meus pais não eram muitas e como eramos duas irmãs com idades aproximadas, tive que

abandonar os estudos quando terminei o meu 9º ano, tinha eu nessa altura 15 anos e fui trabalhar para um *stand* de automóveis, de um familiar, onde aprendi muito.

A vontade para prosseguir estudos permanecia. Porém, o trabalho e o facto de ser a única funcionária no *stand*, inviabilizavam a realização desse desejo. Entretanto, mudei de emprego! Comecei a trabalhar no Centro Social Paroquial, na Vila de Alpendurada, como motorista. Aí surgiu a oportunidade para recomeçar a estudar e solicitar o estatuto de trabalhadora estudante.

Foi com a idade de 25 anos que retomei os estudos no Ensino Recorrente, Curso de Ciências Sociais e Humanas, na escola do Marco de Canaveses, onde integrei uma turma com pessoas de idades compreendidas entre os 18 aos 30 anos. Foram três anos de muita aprendizagem, com diferentes professores e muitas disciplinas... Um ensino muito semelhante ao diurno. Os livros eram os mesmos. Valia, contudo, a atitude mais compreensiva por parte dos professores e a menor carga letiva. Foi uma fase muito boa da minha vida onde vivenciei outras realidades, fiz muitos amigos e sobretudo senti-me bem. Foi uma boa escola. Conclui o 12º ano com sucesso em três anos e, mais uma vez, sem retenções.

Mas, a vontade para aprender mais não ficou saciada. Prosseguir para o ensino superior era agora a minha meta. O que me parecia inalcançável, por acreditar que a situação económica era determinante para este novo salto, tornou-se a realidade. Em 2011, apresentei candidatura à Universidade Aberta, uma decisão que resulta do facto de estar consciente que, vivendo em Alpendurada, não tinha condições económicas para satisfazer os custos de deslocação e de alimentação, bem como a gestão de tempo adequada para conciliar tempos – de trabalho, de estudo e familiar, para uma outra qualquer universidade, fosse onde fosse.

O ensino a distância era a hipótese possível para o meu projeto de vida profissional e académico. Tomada a decisão, submeti a candidatura, realizei as provas de acesso e ingressei, não no curso que havia selecionado como primeira opção - Ciências Sociais, mas no Curso em Educação Social! Um dia muito marcante e muito feliz na minha vida! Fiz uma grande festa para comemorar e partilhar esse momento de felicidade com os familiares e amigos, pois era um sonho que acompanhava há anos.

O ensino era *online*, via plataforma da universidade. Apenas as provas eram presenciais e apesar da sede da universidade ser em Lisboa, no meu caso, as provas foram realizadas no polo do Porto.

Nesta nova fase da minha vida, fui caloiria, participei na praxe (Porto) e participei nos cortejos académicos. Foram quatro anos maravilhosos, onde estudei, aprofundei novas áreas de saber e acrescentei mais vida à minha história de vida. Ser Educadora Social fez-me e faz-me sentir realizada pessoal e profissionalmente.

Aos poucos, percebi que não podia parar por aqui. Em 2017, inscrevi-me na Pós-graduação em Educação de Infância, na Universidade Católica do Porto. Adorei! As aulas presenciais, graças à excelência dos professores com quem tive o privilégio de aprender, geraram a possibilidade e a oportunidade para, concluída a Pós-graduação, abraçar um outro ciclo de estudos. Atualmente, em termos profissionais, integro uma equipa multidisciplinar, a trabalhar na área do Rendimento Social de Inserção (RSI).

O ano de 2019, marca o meu percurso como mestranda em Ciências da Educação – Especialização em Pedagogia Social. Um desafio possível por me ter sido concedida Bolsa Social, situação que permite o pagamento parcial do valor total das propinas. Um novo passo e uma nova oportunidade para um percurso pessoal e profissional ainda mais auspicioso.

À medida que conquisto novos ciclos formativos, maior é o desejo para prosseguir a estudar. A minha ambição é, numa lógica, de aprendizagem ao longo da vida, continuar a desenvolver as competências e uma profissionalidade capaz de perseguir sempre o projeto de vida que tenho vindo a sonhar. Continuo a usufruir do estatuto de trabalhadora estudante, pois só assim consigo compatibilizar os estudos com a minha atividade profissional e pessoal.

Hoje, como mestranda, continuo a sentir o apelo a mais aprender e acredito que no meu horizonte, concluído mais este desafio e ciclo de estudo, está já um outro projeto académico, em direção ao doutoramento.

Nunca é suficiente, pois, viver é aprender. Mais, ainda, quando o tempo que vivemos é um tempo complexo, em constante mudança e carregado de desafios. Dos obstáculos, faremos sempre oportunidades para os ultrapassar.

Acredito em mim, na minha força e vontade para continuar a aprender mais.

O CAMINHO PARA A IGUALDADE NÃO É O MESMO PARA TODOS



Maria Gabriel Regalado

A minha mãe advém de uma família pobre/remediada, pois, abaixo estavam os indigentes. Para convencer a família que se opunha determinantemente a que ela após a 4ª classe continuasse a estudar, foi praticamente impossível, já que sobre o futuro dela nada ela podia decidir, tendo-lhe a família materna imposto que tinha que ser costureira. Minha mãe não aceitou e persistiu sempre. O futuro era dela e não destinado pelos outros, apesar de ser ainda uma criança. E cheia de determinação falou com a sua professora primária que a conhecia bem e a quem a minha mãe sempre disse que foi a sua segunda mãe, vindo a receber dela todo o apoio que precisava e dizendo-lhe que se ela queria seguir os estudos após a 4ª classe que o ia fazer, pois estava pronta a ajudá-la no que fosse preciso, o que aconteceu. Veio a fazer a admissão ao Liceu de Aveiro, como na altura era imposto e a frequentá-lo até ter acabado o 5º ano. Nesse tempo, sei pelo que conta a minha mãe e as suas amigas, que tinham que se levantar muito cedo e apanhar o comboio às 6,25h, chegando a Aveiro cerca das 7,15h e aos portões do Liceu às 7,30h, aí permanecendo, quer fizesse chuva quer fizesse sol, até às 8,30h, hora que abriam os portões para então entrarem. Durante esses cinco anos liceais não deixou de receber represálias da família por tal atrevimento, chegando-lhe mesmo a desligar a eletricidade para assim, tentarem impedi-la de estudar de noite, o que ela venceu comprando velas que escondia para as poder acender à noite e assim estudar. A par disso, para lhe encurtar o tempo de estudo obrigavam-na a descascar um algaridar grande de batatas para toda a família, bem como preparar a hortalça e muitas vezes ir fazer recados à mercearia, compras no mercado e carregar um cesto com as compras até casa, o que a fazia parar várias vezes no caminho, tal o seu peso, o que por vezes era minorado por uma ou outra vizinha que com pena a ajudavam a levá-lo. Nem mesmo

um lápis ou um caderno que fosse lhe compraram. Não obstante tudo isso venceu e sempre foi boa aluna e com notas elevadas.

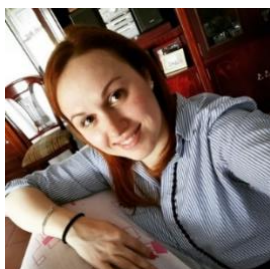
Terminado com êxito o 5º ano do Liceu, ainda com catorze anos e ainda de laçarote na cabeça e soquetes e como na época era o mais vulgar, foi trabalhar para um escritório. Aos quinze anos saiu de casa levando consigo a sua mãe e a irmã para uma casa que previamente arrendou e onde viveram durante cerca de um ano. Foi nessa casa que após o seu horário laboral começou a dar explicações, de Matemática e Francês, a crianças do 1º Ciclo. E assim, esperando que chegassem os dezoito anos, idade esta, para que se pudesse propor aos exames que eram necessários fazer para alcançar o 7º ano liceal, para em seguida vir a fazer um Curso Universitário como tinha projetado. Assim, tendo melhorado a sua situação económica, veio a conseguir arrendar uma casa com melhores condições e mais confortável e também a concorrer a um concurso público da Câmara Municipal, para exercer funções na secretaria e onde permaneceu alguns anos. Entretanto, fez a primeira disciplina, a de Organização Política, sem qualquer apoio e com êxito. Aos dezanove anos veio a casar com a pessoa que foi o meu pai e que não lhe criou qualquer obstáculo a que prosseguisse os seus estudos. Entretanto engravidou e finda a gravidez veio a fazer mais um exame no liceu de Aveiro, o de Filosofia, também com êxito. Acontece que, entretanto, doenças graves surgiram, pois quando eu já tinha três anos, fui acometida por uma febre tifóide que os médicos detetaram tardiamente, o que levou a momentos de grande aflição quando descoberta e a cuidados constantes que os meus pais tiveram de ter comigo. Ao contrário do que acontece agora e bem, é concedida assistência aos filhos, o que naquela altura era impensável, tendo sido imposto à minha mãe que ou ficava em casa de vez, para me dar assistência, perdendo assim o emprego ou ia trabalhar. Então, como o meu estado requeria a toma de medicamentos em vários horários e muita atenção, duas amigas da minha mãe que eram professoras primárias, trabalhando uma da parte da manhã e outra da parte da tarde, ofereceram-se para ir cuidar conta de mim e assim a minha mãe não perder o emprego. Pouco tempo depois, foi a vez da minha mãe adoecer, tendo sido sujeita a uma cirurgia, o que implicou passar a ter de ser assistida mensalmente e durante cinco anos com consultas e exames no IPO do Porto, o que ela considerou sempre durante esse tempo que estava com uma espada em cima da cabeça. Mas, mesmo assim, não desistiu e veio a fazer as restantes disciplinas que lhe faltavam,

Alemão, Literatura e História, sempre com o mesmo sucesso, bem como, foi dispensada do exame de aptidão à Faculdade de Direito, uma vez que, tinha médias que o permitiram. E, ainda assim, tirou um curso de Francês, no Instituto *Alliance Française* no Porto, o que lhe veio a facultar ser convidada por uma empresa para ser tradutora de Francês num escritório no qual trabalhava com um administrador Belga. Mais tarde veio a dar aulas de Francês aos alunos do 1º Ciclo.

Sem que nunca deixasse de trabalhar, veio a minha mãe a fazer na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, todo o curso, em regime de voluntária, pois só era obrigatório apresentar-se nos exames finais. Curso este de Direito que a minha mãe fez no prazo normal de cinco anos, sempre na primeira época, não só para descansar nas férias de verão, como também, para me proporcionar que com ela as pudesse gozar em tranquilidade. Com o curso findo e com os resultados de sucesso obtidos, veio ainda a minha mãe a ser convidada por um Professor para sua Assistente na Faculdade, o que não se concretizou dada a distância e o facto de a minha mãe querer estar presente na minha educação e de ser incapaz de me separar do meu pai ou de me deixar só com ele.

Embora a minha mãe sempre tivesse gostado de seguir a Investigação, de preferência, no domínio do Direito Comparado, pois ela sempre foi “rata de biblioteca”, bichinho que ainda não perdeu, acabou por vir a fazer o estágio de advocacia, vindo a ser advogada durante dez anos, o que lhe permitiu estar sempre presente junto de mim e do meu pai. A minha mãe esperou que eu crescesse e alcançasse maturidade que permitisse ficar em casa com o meu pai, para assim o acompanhar no que fosse necessário e orientar no cuidar da casa. Tendo eu atingido essa maturidade e sabendo eu desse grande desejo da minha mãe, dei-lhe força para ir fazer o curso de Juíz no CEJ em Lisboa, o que aconteceu. E assim, veio a exercer essa função, passando por vários tribunais, preponderantemente no campo do Direito Civil, acabando por aceder ao Tribunal da Relação do Porto, como Juíza Desembargadora e vindo a cessar funções em janeiro de 2015, como jubilada.

O poder de libertação da educação



Renata Simões Rodriguez Miranda

*Se ao que busco saber nenhum de vós responde,
Por que me repetis: “vem por aqui”?
Prefiro escorregar nos becos lamacentos,
Redemoinhar aos ventos,
Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,
a ir por aí...*

in Cântico Negro - José Régio

A descoberta para a área das Ciências da Educação, aconteceu quando, a frequentar o 9º ano de escolaridade, numa das feiras de Orientação Vocacional, promovida pelo meu colégio, li num dos panfletos “Licenciatura em Ciências da Educação”. A curiosidade instalou-se! Qual seria o âmbito científico do curso? Quais os objetivos e o público alvo? Que saídas teriam estes profissionais? As dúvidas aumentavam! Estar na Educação não é só ser professor?

A minha primeira reação foi a de ligar ao meu pai e dar-lhe conta da minha descoberta e curiosidade por um curso que desconhecia. Para minha surpresa, o meu pai disse-me saber de que curso estava a falar. Pois, duas das suas formadoras, tinham como base o curso em Ciências da Educação. Informação que mais sustentou a vontade para obter novos dados sobre perfil e as competências profissionais.

Ao terminar o 12º ano e contrariamente ao projeto inicial que me estava (quase) prescrito - seguir um curso superior de música para ser Flautista de Orquestra ou Professora de Flauta Transversal, segui um outro trajeto – Ciências da Educação. A oportunidade para exercer uma atividade profissional associada aos desafios da Sociedade do Conhecimento e das Cidades Educadoras, mormente no que à Educação e Formação de Adulto respeita falou mais alto. Foi e é a possibilidade de criar novas oportunidades para as pessoas que por várias razões de vida não tiveram a possibilidade para cumprirem a escolaridade mínima obrigatória do seu tempo ou a dos novos tempos.

Na memória estava ainda muito presente a primeira vez que ouvi falar de “Educação de Adultos” e do Programa “Novas oportunidades”. O meu pai é militar. Numa das suas vindas a casa, de quinze em quinze dias, falou sobre o curso que estava a frequentar para concluir o 12º de escolaridade, à data era Sargento Chefe. Confesso que na altura não me apercebi do esforço que estava a fazer para conciliar a vida no exército, na Banda Militar do Porto, a frequentar o 12º ano de escolaridade, à data, no Centro ORVC, um centro integrado no Quartel onde prestava serviço. Uma decisão que, nas suas palavras, teve grande impacto na sua vida e que veio a marcar para sempre o projeto de vida profissional que eu tinha em mente desenvolver.

De facto, nas Ciências da Educação, o que me cativou foi a sua abrangência, “enquanto campo de investigação científica e de intervenção prática” e, em particular, a possibilidade para criar percursos de vida alternativos, capazes de gerar novas oportunidade de vida familiar, profissional e social. Com o coração cheio de sonhos, iniciei o processo de formação superior na Universidade de Évora, na “*sempre muy nobre e leal*” cidade de Évora, situada no coração do Alentejo.

Lá comecei a viver esta aventura que me transporta para os dias de hoje e que me vem guiando na área de eleição que aprendi a gostar logo na primeira abordagem da “cadeira” que, no horário, aparecia com a sigla E.F.A, isto é: Educação e Formação de Adultos.

De lá para cá, tenho vindo a aprofundar o conhecimento desta área que me é tão cara, por motivos pessoais, mas também por acreditar que posso contribuir para traçar percursos de vida mais positivos. E, desse modo, participar para a “construção de uma sociedade educativa em que os indivíduos vivam de forma permanente situações que lhes permitam “aprender a ser” (ou seja a determinar o seu futuro individual e colectivo” (Canário, 1999, p. 95).

O campo da educação de adultos tende, cada vez mais, para mobilizar conhecimentos de diferente natureza e munir as pessoas, cada uma das pessoas com competências-chave capazes de navegar num mundo cheio de desafios, incertezas e de grande complexidade. “Com efeito, no interior do campo da Educação de Adultos, é possível discernir a existência de facto de uma articulação convergente entre novas modalidades de acção social, novas modalidades de práticas formativas e novas modalidade de investigação” (Canário, 1999, p. 20). Circunstância que alimenta o desejo

para delinear, desenvolver e avaliar um projeto inovador de educação e formação de adultos, neste caso, em suporte digital e cujo programa possa chegar a um número maior de pessoas que desejem ampliar os seus projetos de vida pessoal profissional ou comunitário.

Em todo o mundo, a educação, sob as suas diversas formas, tem por missão criar, entre as pessoas, vínculos sociais que tenham a sua origem em referências comuns (...) a educação tem com objetivo essencial, o desenvolvimento do ser humano na sua dimensão social. Define-se como veículo de culturas e de valores, como construção dum espaço de socialização, e como o cadinho de preparação dum projecto comum.

Delors et al., 1997, p. 45

Neste processo, importa reconhecer o valor da educação enquanto o melhor trunfo para “contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade social, espiritualidade”.

Concluímos, parafraseando uma vez mais o poeta José Régio:

Se vim ao mundo, foi
Só para desflorar florestas virgens,
E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!
O mais que faço não vale nada.
Como, pois, sereis vós
Que me dareis impulsos, ferramentas, e coragem
Para eu derrubar os meus obstáculos?...
Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,
E vós amais o que é fácil!
Eu amo o Longe e a Miragem,
Amo os abismos, as torrentes, os desertos...

in Cântico Negro – José Régio

Referências Bibliográficas

Canário, R. (1999). *Educação de Adultos. Um campo e uma problemática*. Lisboa: EDUCA

Delors, J. et al. (1997). *Educação um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Porto: Edições ASA

AS FLORES DA (TRANS)FORMAÇÃO



Tamiris de Lima Pereira

*Amor, não, porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é
compromisso com os homens.
Paulo Freire*

Todas as vezes que leio essa frase de Paulo Freire fico comovida, principalmente por remeter tantas lembranças de infância. Minha mãe é a uma das filhas mais nova de doze irmãos e teve um processo escolar curto porque precisava ajudar em casa. Minha avó ensinou aos filhos tudo que sabia e utilizava como material o que fazia parte do seu cotidiano e o local de estudo era a sombra de uma árvore.

Quando cresci fui praticamente alfabetizada pela minha leitura de mundo, minha mãe da mesma forma que minha avó foi a minha primeira “professora”, ensinado cálculo com grãos de feijão ou frutas que haviam em nosso quintal e as letras com os nomes que nos eram apresentados. E a nossa escola? A sombra de alguma árvore que nos acolhia e abrigava com a sua energia, como escutei tantas vezes.

Cresci, portanto, imbuída desses valores, do amor simples e que possuía a coragem necessária para dar o pouco que sabia ao próximo. Anos mais tarde decidi que queria ser professora por saber que poderia proporcionar a mudança. Ter a possibilidade de estudar sobre a educação e a formação de adultos foi refletir na transformação e na valorização do ser humano que ali se apresenta.

É dar voz a quem merece reconhecimento, é dar incentivo e força para quem precisa apenas de uma possibilidade e é dar o empoderamento com o objetivo de criar mudança e a metamorfose das suas vidas.

Se pudesse utilizar uma metáfora para exemplificar a educação e formação de adultos usaria o desabrochar. Os(as) alunos(as) chegam as salas como um botão fechado precisando somente ser regado para florir lindamente.

Esse processo deve estar alinhado com o direito do homem e da educação ao

longo da vida. É necessário elaborar mecanismos que criem sua autonomia e inclusão dentro do processo escolar, para que impactados com a alfabetização se tornem mais autônomos e independentes, é dar, portanto, direito à vida.

Aprendizagem ao longo da vida desenvolve-se em contextos formais e informais, - em casa, no trabalho, numa colectividade, nas leituras pessoais, nos media, no lazer, na fruição cultural, em centros de formação...-, engloba todas as mulheres e homens de cada sociedade, empregados ou desempregados, ricos ou pobres, em todas as idades.
Azevedo, 1996, p.3

Proporcionar uma segunda oportunidade a esses jovens e adultos é possibilitar o direito, a escuta e a capacidade de ler o mundo e as palavras que o rodeiam. Temos que pensar que a escola não é o único lugar formativo, já que a educação é dada ao longo da nossa vivência, é construída diariamente. Devemos, portanto, valorizar a bagagem que essas pessoas trazem para a sala de aula e permitir que floresçam e criem suas próprias raízes no seu processo de aprender.

Como nos diz Joaquim Azevedo (2008), atualmente estamos em um novo tempo onde o paradigma da educação ao longo da vida será capaz de orientar a mudança na educação que nos leve a caminhos mais igualitários e uma oportunidade de autotransformação e formação.

Educar jovens e adultos é proporcionar a emancipação e valorização do sujeito e principalmente da sua cultura. É não desprezar valores e crenças. A educação deve ser libertadora e não aprisionante como uma gaiola, deve permitir o voo.

(...) Torna-se assim necessário adoptar novos modelos de educação/formação, que possam promover a articulação das aprendizagens e as competências detidas (resultantes da experiência) com as novas aprendizagens a realizar em contexto formal (das aprendizagens *in vitro* para as aprendizagens *in vivo*).
Pires, 2003, p.56

Com o passar dos anos e amadurecimento de vida percebi que o “estágio” para a minha profissão enquanto pedagoga foi construído pela coragem de duas mulheres fortes que venceram as suas barreiras para transmitir o pouco que sabiam. De amar incondicionalmente e proporcionar uma educação que vai além do simples ato de aprender. Aquele que abarca o ser, o perguntar, a compreender, a se transformar e a

conviver.

Então, que na educação e formação de adultos não nos falte a coragem necessária para mudança dentro de nós e dos outros. Para que os enxerguemos como seres capazes e que ao incluirmos não permitamos o abandono e a exclusão. Respeitando o tempo que cada flor tem para florescer e que o jardim seja repleto de cor, porque o caminho pode ser resumido no acreditar, expressando o melhor de si mesmo na hora certa.

Referências Bibliográficas

Azevedo, J. (2008). *Políticas de educação: aqui chegados, o que temos e o que não temos. É possível construir um modelo alternativo de governação da educação.* Universidade da Madeira.

Azevedo, J. (1996). *A aprendizagem ao longo da vida: da mudança de palavra à mudança de políticas?* Comunicação ao Fórum Euroformação – Eurotraining, Lisboa.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido* (17ª ed.). Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

Pires, A.L.O. (2003). *Formação de Adultos, aprendizagem ao longo da vida e mudança educativa.* Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Recuperado em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/17278>.